

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

Referência: Procedimento Licitatório Presencial nº 008/2024 - NLC/PRES**Objeto:** Contratação integrada de empresa ou consórcio, com vista à elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia; compatibilização de projetos e elaboração de as built; obtenção de licenças, outorgas e aprovações; execução de obras e serviços de engenharia; montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para instalação de equipamentos e mobiliários; e à entrega final, em condições de funcionamento, compreendendo a etapa 2 (Foyer da Sala Villa-Lobos, Espaço Cultural Dercy Gonçalves e Sala Alberto Nepomuceno) e a etapa 3 (Sala Villa-Lobos), das obras de reforma com restauro Teatro Nacional Claudio Santoro (TNCS), situado na Via N2 do Eixo Monumental, Setor Cultural Norte, Asa Norte, Plano Piloto/DF

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. O Procedimento Licitatório Presencial nº 008/2024 - NLC/PRES teve seu edital publicado em 18 de dezembro de 2024. A abertura do certame estava prevista para 28 de fevereiro de 2025, mas foi suspensa pelo TCDF, conforme Aviso de Suspensão (164253630). Assim, informamos que caberá aos licitantes acompanhar o andamento do certame.

1.2. Foi apresentado o seguinte pedido de impugnação, conforme Doc. SEI/GDF nº 164004471

1.3.

2. DA TEMPESTIVIDADE

2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente impugnação, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. RELATO

3.1. Tratando-se de um aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, nos termos do Despacho nº 164007705.

3.2. Em resposta, a área técnica exarou a Nota Técnica 8 (164121667)

3.3. Em suas razões, a empresa pugna por:

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

II. DOS FATOS E DO DIREITO

O presente certame se refere a licitação pelo critério de MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO, no regime de execução indireta, no modo de Disputa FECHADO – na forma PRESENCIAL, objetivando a contratação integrada da empresa ou consórcio, com vista à elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia; compatibilização de projetos e elaboração de as built; obtenção de licenças, outorgas e aprovações; execução de obras e serviços de engenharia; montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para instalação de equipamentos e mobiliários; e à entrega final, em condições de funcionamento, compreendendo a etapa 2 (Foyer da Sala Villa Lobos, Espaço Cultural Dercy Gonçalves e Sala Alberto Nepomuceno) e a etapa 3 (Sala Villa-Lobos), das obras de reforma com restauro Teatro Nacional Claudio Santoro (TNCS), situado na Via N2 do Eixo Monumental, Setor Cultural Norte, Asa Norte, Plano Piloto/DF, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

O primeiro ponto, gostaria de ressaltar que a XXX é uma empresa de Construção Civil consolidada no mercado e com muita experiência em obra de grande porte, teatros, centro culturais e com grande know-how em engenharia, bem como possui vasto currículo de atuação nos maiores teatros do Brasil.

Como de costume e a fim de participar dos certames que contam como objeto a nossa maior especialidade, nos interessamos em ofertar nossa proposta técnica a fim de ajudar este órgão licitante na busca do melhor preço e melhor técnica para realizar o serviço pretendido com a qualidade almejada.

No entanto, ao analisar o edital da Concorrência supramencionado, nos deparamos com algumas questões que ferem a busca da competitividade licitatória e por consequência a busca do menor preço, retirando a oportunidade ampla de participação, que é o principal intuito da licitação.

Neste sentido, viemos apontar alguns itens do edital os quais representam ou trazem ambiguidade, dúvida e até ferem o caráter competitivo do certame, os quais serão abordados a seguir:

A. DA RESTRIÇÃO EXCESSIVA DE QUANTIDADES E PROFISSIONAIS DE FORMA INJUSTIFICADA

Tabela 3 do Termo de referência:

DA RESPOSTA

Não prospera a argumentação da IMPUGNANTE quanto a falta de clareza nos esclarecimentos fornecidos anteriormente pela NOVACAP. Nesse ponto, salientamos que foi enviada resposta às licitantes com base nos esclarecimentos fornecidos por esta área técnica no Despacho - NOVACAP/PRES/DP/DPL/DPLI (163285782):

[...]

EMPRESA
(162251075):

1) Existe a solicitação de comprovação de engenheiro hidrossanitário:

Pergunta: Será aceito um engenheiro civil?
No CREA esta prerrogativa é dada ao engenheiro civil.

• Resposta DPLI: **Sim. No presente certame será aceito engenheiro civil quando exigido engenheiro hidrossanitário.**

2) Comprovação de execução de projetos e obras por m²:

Sugerimos que deveria ser estipulado a comprovação do atestado quanto ao

TABELA 3
Critério para Pontuação da Experiência da Empresa em elaboração de Projetos
(Item 2 da Tabela 1)

PONTUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DA EMPRESA EM ELABORAÇÃO DE PROJETOS					
PROJETOS ELABORADOS PELA LICITANTE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA A SER COMPROVADA PELA LICITANTE	QUANTIDADE DE ATESTADOS	PONTUAÇÃO
1	Elaboração de Projetos para Construção OU Reforma com Restauro de teatro OU auditório em edificações Tombadas.	m² OU ASSENTOS	9.900 OU 500	-	3
	Elaboração de Projetos para Construção OU Reforma com Restauro de teatro OU auditório em edificações.				1
2	Elaboração de Projetos para Recuperação e Reforço Estrutural de estruturas de concreto e/ou metálicas em edificações Tombadas.	m²	9.900	-	3
	Elaboração de Projetos para Recuperação e Reforço Estrutural de estruturas de concreto e/ou metálicas em edificações.				1

Segundo a tabela supramencionada no tocante à elaboração de projetos para construção ou reforma com restauro de teatro ou auditório em edificação tombadas/não tombadas, a quantidade mínima a ser comprovada pela licitante é de 9.900m² ou 500 assentos, entretanto para outras categorias isso não se aplica, sendo exigido somente os 9.900m², o que não faz sentido visto que as demais tabelas seguem a mesma linha, senão vejamos:

Ainda na Tabela 3:

4	Elaboração de Projetos Elétricos para Teatro ou Auditório, em edificações Tombadas.	m²	9.900	-	3
	Elaboração de Projetos Elétricos para Teatro ou Auditório, em edificações.				1
4	Elaboração de Projetos Hidrossanitários e Prevenção de Combate a Incêndio (PCI) para Teatro ou Auditório, em edificações Tombadas.	m²	9.900	-	3
	Elaboração de Projetos Hidrossanitários e Prevenção de Combate a Incêndio (PCI) para Teatro ou Auditório, em edificações.				1
5	Elaboração de Projetos Mecânicos para Teatro ou Auditório, em edificações Tombadas.	m²	9.900	-	3
	Elaboração de Projetos Mecânicos para Teatro ou Auditório, em edificações.				1

No entanto, em resposta ao esclarecimento protocolado pela impugnante, a impugnada afirmou que será possível a apresentação de atestado de capacidade técnica em projeto no quantitativo de 9.900m² ou 500 assentos, no entanto nada falou sobre este mesmo entendimento no que se refere a execução da obra e comprovação de capacidade técnica, o que traz a necessidade de clareza a este ponto.

Em justificativa ao acima pleiteado, cabe trazer a debate que a metragem exigida para comprovação técnica no que se refere as categorias atinentes a teatro são muito elevadas, ainda mais quando se observa a soma mínima de atestados permitidos, sendo que a forma mais justa de se chegar a uma comprovação idônea e imparcial seria manter a exigência dos 500 assentos para todas as categorias e tanto para projeto quanto execução pela conexão dos serviços.

Nesta temática cabe ressaltar que existem poucos teatros no Brasil com metragem tão elevada, e mesmo os que são considerados como os maiores teatros nacionais possuem a metragem bem inferior a 9.900m² e contam ainda assim com dobro ou mais de 500 assentos, o que demonstra a clara desproporção entre estes números.

Cabe também destacar que a obra envolve construção civil e teatro, e portanto entende-se que o coerente é se exigir sobre um especialista de teatro algo mais técnico neste âmbito e de acordo com a metragem real do teatro, mas o que se está exigindo na realidade é embutir como obrigatoriedade de atestado uma metragem destinada a toda obra de um espaço multiuso, que engloba além do teatro, outras salas e que nada interfere na capacidade do especialista ter trabalhado em teatro as vezes muito maiores ao do objeto em questão mas sem se aproveitar da metragem completa do estabelecimento.

Tabela 4 do Termo de Referência:

número de assentos dos teatros e auditórios e não por m², como 9900m² na elaboração de:

- Projetos e execução de obras de recuperação e reforço estrutural;

- Projetos elétricos de teatro e auditório;

- Projetos hidrossanitários de teatro e auditório;

- Projetos mecânicos de teatros e auditórios.

• Resposta DPLI: **De forma a fomentar a competitividade, informamos que serão admitidas tanto as unidades "m²" quantos "assentos" como comprovação de atestados de projetos e obras. Ressaltamos que as diferentes pontuações dadas a cada uma dessas unidades visam guardar a devida proporcionalidade entre estas.**

3) No que se refere ao somatório dos atestados, será permitido somar atestado com Tombamento e Sem Tombamento?

Pergunta: Os atestados podem se referir à Teatros ou Auditórios, em edificações Tombadas ou não, sendo admitida pontuação 3 para edificações Tombadas e 1 para Não Tombadas, dessa forma, gostaríamos de esclarecer se é possível somar um atestado referente à uma edificação Tombada com o de uma edificação Não Tombada, e qual seria a pontuação adotada neste caso?

• Resposta DPLI: **Não será admitido o somatório de edificações 'tombadas' e 'não tombadas' para efeitos de pontuação na mesma categoria. Dessa forma, as pontuações deverão ser analisadas separadamente, conforme disposto no Termo de Referência, individualizando as edificações de acordo com suas características.**

4) Quanto ao atestado de comprovação de instalação de Torre de Arrefecimento:

Pergunta: A comprovação poderá ser feita através do

TABELA 4
Critério para Pontuação da Experiência da Empresa em Execução de Obras
(Item 3 da Tabela 1)

PONTUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DA EMPRESA EM EXECUÇÃO DE OBRAS					
SERVIÇOS EXECUTADOS PELA LICITANTE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA A SER COMPROVADA PELA LICITANTE	QUANTIDADE DE ATESTADOS	PONTUAÇÃO
1	Construção OU Reforma com RestauRO de teatro OU auditório em edificações Tombadas.	m² ou assentos	9.900 ou 500	-	6
	Construção OU Reforma com RestauRO de teatro OU auditório em edificações.				2
2	Execução de obra de Recuperação e Reforço Estrutural de estruturas de concreto e/ou metálicas em edificações Tombadas	m²	9.900	-	6
	Execução de obra de Recuperação e Reforço Estrutural de estruturas de concreto e/ou metálicas em edificações.				2

Quadro 1 do Termo de Referência:

QUADRO 1				
CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	QUANTIDADE MÍNIMA A SER COMPROVADA PELA LICITANTE
1	Construção OU Reforma de teatro OU auditório.	m²	24.794,88	9.900
2	Execução de RestauRO (área total das etapas 2 e 3) de teatro OU auditório.	m²	24.794,88	9.900
3	Execução de obra de Recuperação e Reforço Estrutural de estruturas de concreto e/ou metálicas.	m²	24.794,88	9.900

No que se refere as tabelas atinentes a experiência da empresa acima colacionadas, tanto em elaboração de projetos quanto em execução de obra há pontuação semelhante para quem comprova realização de serviço em teatros e auditórios tombados ou não tombados, mesmo que quando não tombados seja atribuída pontuação inferior.

Entretanto, no item específico de qualificação da equipe, é necessária a comprovação de execução de edificações tombadas não permitindo a princípio as não tombadas, novamente limitando a concorrência bem como trazendo ambiguidade ao edital que ora considera relevantes certos pontos, e ora não.

Ademais, nas tabelas 5 e 6 do Termo de Referência, item 2 é necessário que haja a comprovação de um Arquiteto Especialista em RestauRO de Edificações, mas no item 1, que serviria para comprovação de Coordenação ou Supervisão da Obra, é aceito tanto Engenheiro Civil quanto Arquiteto com especialização em RestauRO.

Já no Item 3 da mesma tabela, é solicitada a comprovação de um Engenheiro CIVIL Especialista em Recuperação e Reforço Estrutural de estruturas de concreto e metálicas em edificações, quando tais atribuições também são de competência do Engenheiro Mecânico, restringindo assim a competitividade. O mesmo vale para o Item 4 que se refere ao Engenheiro Civil ou Arquiteto especialista em Cenotecnia, quando também cabe ao Engenheiro Mecânico.

Tabela 5 do Termo de Referência:

TABELA 5
Critério para Pontuação da Qualificação da Equipe de Projetos - QEP
(Item 4 da Tabela 1)

PONTUAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PROJETOS (QEP)					
ITEM	PROFISSIONAL	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MÍNIMO EXIGIDO	QUANTIDADE DE ATESTADOS
1	Engenheiro ou Arquiteto Coordenador/Supervisor: Profissional de Nível Superior Sênior, com formação em engenharia civil ou em arquitetura, com experiência profissional mínima de 10 (dez) anos ou grau equivalente, comprovados por meio de atestados, CATs e certificados.	Com experiência em supervisão e/ou gerenciamento e/ou coordenação de elaboração de projetos de construção OU Reforma OU RestauRO de teatro OU auditório, em Edificações Tombadas, considerando 1,5 pontos por certidão em cada tipo de atuação.	ano	anos > 10	somente um
		Caso o atestado e/ou certidão contemple mais de um tipo de atividade será pontuado cumulativamente. Serão aceitos atestados e certidões nas quais o profissional tenha exercido as funções de Responsável ou correspondente Técnico ou Coordenador ou Supervisor.			dois ou mais
2	Arquiteto Especialista em RestauRO de Edificações: Profissional de Nível Superior Pleno, com formação em arquitetura, com experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos ou grau equivalente, comprovados por meio de atestados, CATs e certificados.	Com experiência em elaboração de projetos de RestauRO em teatro OU auditório, em Edificações Tombadas, considerando 1,0 ponto por atestado e/ou certidão.	ano	anos > 5	somente um
		Caso o atestado e/ou certidão contemple mais de um tipo de atividade será pontuado cumulativamente. Serão aceitos atestado e/ou certidão em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou correspondente Técnico ou Residente.			dois ou mais
3	Engenheiro Especialista em Recuperação e Reforço Estrutural de estruturas de concreto e metálicas em edificações:	Com experiência em elaboração de projetos de Recuperação e Reforço Estrutural em estruturas de concreto e metálicas, em Edificações Tombadas, considerando 1,0 ponto por atestado e/ou certidão.	ano	anos > 5	somente um

PONTUAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PROJETOS (QEP)					
	Profissional de Nível Superior Pleno, com formação em engenharia civil ou arquitetura, com experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos ou grau equivalente, comprovados por meio de atestados e CATs e certificados.	Caso o atestado e/ou certidão contemple mais de um tipo de atividade será pontuado cumulativamente. Serão aceitos atestado e/ou certidão em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou correspondente Técnico ou Residente.			dois ou mais
					2
4	Engenheiro ou Arquiteto Especialista em Cenotecnia: Profissional de Nível Superior Pleno, com formação em engenharia civil ou arquitetura, com experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos ou grau equivalente, comprovados por meio de atestados, CATs e certificados.	Com experiência em elaboração de projetos cenotécnicos, assessoria, obras e manutenção de espaços cênicos em teatro OU auditório, em Edificações Tombadas, considerando 1,0 ponto por atestado e/ou certidão.	ano	anos > 5	somente um
		Caso o atestado e/ou certidão contemple mais de um tipo de atividade será pontuado cumulativamente. Serão aceitos atestado e/ou certidão em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou correspondente Técnico ou Residente.			dois ou mais

Tabela 6 do Termo de Referência:

atestado técnico profissional?

• Resposta DPLI: Não, uma vez que a exigência de comprovação para capacidade técnica referente a este serviço somente é exigida para Capacidade Técnica-Operacional (Ver subitem 14.1.1, item 6 do QUADRO 1 e subitem 12.2.9 item 4 da TABELA 4 do Termo de Referência). Nesse sentido, a PROPONENTE deverá comprovar a Capacidade Técnico-operacional (da empresa), por meio da apresentação de um ou mais atestados, em nome da EMPRESA PROPONENTE, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou serviços com características pertinentes e semelhantes ao objeto licitado. E ainda, os atestados de capacidade técnico-operacional deverão vir acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Operacional - CAO, nos termos da resolução 1.137/2023 - CONFEA, ou das Certidões de Acervo técnico (CAT) com suas anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT), emitidas pelos conselhos de fiscalização profissional competentes, em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU (Acórdão 3298/2022 - 2ª Câmara).

5) A licitação está marcada para o dia 28 de fevereiro que é uma sexta feira véspera do carnaval:

Pergunta: Está mantido essa data ou haverá mudança?

• Resposta DPLI: O evento mencionado "véspera do carnaval" ocorre em um dia útil. Portanto, não haverá alteração na data prevista para realização do Procedimento Licitatório Presencial nº 008/2024 - NLC/PRES,

TABELA 6
Critério para Pontuação da Qualificação da Equipe de Obra - QEO
(Item 5 da Tabela 1)

CRITÉRIO PARA PONTUAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE OBRAS (QEO)						
Item	Profissional	Descrição	Unidade	Mínimo Exigido	Quantidade de Atestados	Pontuação
1	Engenheiro ou Arquiteto Coordenador/Supervisor: Profissional de Nível Superior Sênior, com formação em engenharia civil ou em arquitetura, com experiência profissional mínima de 10 (dez) anos ou grau equivalente, comprovados por meio de atestados e CATs e certificados.	Com experiência em supervisão e/ou gerenciamento e/ou coordenação de construção OU reforma OU restauro de teatro OU auditório, em Edificações Tombadas, considerando 1,5 pontos por certidão em cada tipo de atuação.	ano	anos > 10	somente um	1,5
		Caso o atestado e/ou certidão contemple mais de um tipo de atividade será pontuado cumulativamente. Serão aceitos atestados e certidões nas quais o profissional tenha exercido as funções de Responsável ou Corresponsável Técnico ou Coordenador ou Supervisor.			dois ou mais	3
2	Arquiteto Especialista em Restauro de Edificações: Profissional de Nível Superior Pleno, com formação em arquitetura, com experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos ou grau equivalente, comprovados por meio de atestados e CATs e certificados.	Com experiência em execução de obras de Restauro em teatro OU auditório, em Edificações Tombadas, considerando 1,0 ponto por atestado e/ou certidão.	ano	anos > 5	somente um	1
		Caso o atestado e/ou certidão contemple mais de um tipo de atividade será pontuado cumulativamente. Serão aceitos atestado e/ou certidão em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou corresponsável Técnico ou Residente.			dois ou mais	2
3	Engenheiro Especialista em Recuperação e Reforço Estrutural de estruturas de concreto e metálicas	Com experiência em execução de obras de Recuperação e Reforço Estrutural em estruturas de concreto e metálicas, em Edificações Tombadas, considerando 1,0 ponto por atestado e/ou certidão.	ano	anos > 5	somente um	1

CRITÉRIO PARA PONTUAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DE OBRAS (QEO)						
em edificações:	Profissional de Nível Superior Pleno, com formação em engenharia civil ou arquitetura, com experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos ou grau equivalente, comprovados por meio de atestados e CATs e certificados.	Caso o atestado e/ou certidão contemple mais de um tipo de atividade será pontuado cumulativamente. Serão aceitos atestado e/ou certidão em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou corresponsável Técnico ou Residente.	ano	anos > 5	dois ou mais	2
		Caso o atestado e/ou certidão contemple mais de um tipo de atividade será pontuado cumulativamente. Serão aceitos atestado e/ou certidão em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou corresponsável Técnico ou Residente.			somente um	1
4	Engenheiro ou Arquiteto Especialista em Cenotecnia: Profissional de Nível Superior Pleno, com formação em engenharia civil ou arquitetura, com experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos ou grau equivalente, comprovados por meio de atestados e CATs e certificados.	Com experiência em execução de serviços de Cenotecnia em teatro OU auditório, em Edificações Tombadas, considerando 1,0 ponto por atestado e/ou certidão.	ano	anos > 5	somente um	1
		Caso o atestado e/ou certidão contemple mais de um tipo de atividade será pontuado cumulativamente. Serão aceitos atestado e/ou certidão em que o profissional tenha exercido a função de Responsável ou corresponsável Técnico ou Residente.			dois ou mais	2

Tabela 2 do Termo de Referência - Atinente a apresentação de sugestões de Inovação

B. DA INVIABILIDADE DE EQUALIZAR E MANTER A ISONOMIA DAS PROPOSTAS

Os itens em referência compõem a sugestão de apresentação de inovações ao projeto básico e tais itens possuem valor agregado extremamente alto, mas não foi apresentado qual será o critério utilizado para equalização de preço nem tampouco foi apresentado um anteprojeto compatível com o que se pretende, o que torna o critério de avaliação nada claro e sem referência para a pontuação devida.

Neste ponto, cabe ressaltar que nenhum dos 3 teatros apresentados como referência e usados para realização de cálculo do preço final da obra, tem qualquer inovação cenotécnica, inclusive a ora impugnante está prestando serviço em um deles atualmente que é o Teatro Dante Barone em Porto Alegre, que não conta com áudio e vídeo e iluminação cênica como parte do escopo de seu contrato, sendo assim, não é possível se chegar ao valor final desta contratação se ela for baseada em inovações e se pontuação alta for dada a apresentação dessas inovações e sem critério de remuneração e pontuação para cada item.

Ademais, cabe ressaltar que para os itens cênicos, com toda as inovações previstas e consideradas por nós como importantes em um teatro considerado como inovador, podem trazer uma variação de até 30% no valor global da obra para mais, e se todas as inovações propostas forem aceitas pelo órgão licitante, isso pode trazer um diferencial muito grande na composição do orçamento, visto que, como já mencionado, os orçamentos base utilizados como referência para se atingir ao valor do objeto da presente licitação advêm de teatros que não apresentam nenhum item de inovação, o que pode trazer muita diferença no orçamento e falta de assertividade e comparação justa dos licitantes, além de que não fica claro como será a avaliação entre ganhar pontos com inovação e invariavelmente perder concorrência no preço, uma vez que a pontuação de cada inovação não está proporcional ao custo dos serviços propostos.

Além disso, complementando o item acima, segundo o item 11.5.3.1 do Termo de referência, o orçamento que deverá ser apresentado é o parametrizado, e conforme o item 11.5.3.2 do Termo de referência, o orçamento detalhado será elaborado somente após a execução do projeto básico, o que inviabiliza ainda mais o comparativo de valores. Ou seja, não há qualquer detalhamento de quantidades e nem tampouco foi considerado no anteprojeto e no valor final da obra qualquer inovação pretendida, faltando clareza quanto ao custo proporcional às propostas de inovação.

Dessa forma, surge o questionamento de como será feita a compatibilização das planilhas a fim de se verificar que todas as empresas estão orçando todas as disciplinas necessárias em todos os espaços identificados no anteprojeto? Como será possível montar uma composição de custos unitários competitiva e compatíveis entre si para concorrerem?

Cabe salientar que sem a clareza de como serão compatibilizadas as planilhas fica impossível comparar propostas desiguais, pois abre-se espaço para a empresa de construção civil considerar na sua composição de custos um básico de teatro, sem qualquer inovação, com equipamentos eletrônicos mínimos enquanto poderá valorizar a parte barata da construção civil e trazer possíveis inovações que tem custo barato, como ao contrário senso e com a escrita do edital, também é possível que uma empresa especialista por ex. coloque várias inovações no teatro que tem custo elevado por natureza e pontue por isso, mas ao mesmo tempo considere apenas por exemplo a pintura na parte de construção civil. Todas essas hipóteses seriam possíveis e discrepantes entre si, mas todas de acordo com o edital, chegando a um resultado final de obra diferente, bem como valores diferentes ao que se propõe cada uma.

Somado a todo o exposto, ainda é possível observar no item 5.1.4 do termo de referência que há

Conforme demonstrado acima, a NOVACAP enviou esclarecimentos tanto para elaboração de projetos quanto para execução de obras.

Em relação a a argumentação da empresa de que "a comprovação idônea e imparcial seria manter a exigência dos 500 assentos para todas as categorias e tanto para projeto quanto execução pela conexão dos serviços", não prospera a argumentação, haja vista que o Edital busca, devidamente diferenciadas as experiências em edificações tombadas e não tombadas - mas permitindo que a comprovação com atestado que tenha unidade de medida da área da edificação (40% da área total do Teatro Nacional) ou então do número de assentos de TEATRO ou AUDITÓRIO - estabelecer critérios objetivos no julgamento da proposta técnica, diretamente vinculado ao princípio do julgamento objetivo, a fim de obter a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Ademais, há de se destacar que as edificações são compostas de sistemas sincronizados e interdependentes, e a experiência comprovada em edificações com no mínimo 9.900 m² com teatro ou auditório, ou então, de teatro ou auditório com no mínimo 500 assentos foram consideradas equivalentes, de modo a resguardar a administração e selecionar a empresa com melhores condições de executar a obra de restauro do TNCS no prazo e condições estabelecidas no Edital, mas ao mesmo tempo ampliando a competitividade e não restringindo em demasia as condições de participação.

No que se refere às tabelas 5 e 6, não se exauriu a capacidade técnica possível nesse tipo de contratação. Entretanto, em se tratando de construção tombada, em que se destacam aspectos arquitetônicos do bem, a comprovação de experiência de ARQUITETO em Cenotecnia compôs a avaliação, haja vista sua interrelação com o conjunto arquitetônico, apesar do engenheiro mecânico estar apto para avaliar aspectos da mecânica dessa especialidade (CENOTECNICA) do teatro.

Não cabe razão a argumentação de que a competência do engenheiro mecânico teria competência para as especialidades de recuperação e reforço estrutural de estrutura de concreto e metálicas em edificações, haja vista a necessidade de conhecimento e avaliação dos carregamentos da estrutura do Teatro como um todo para propor qualquer intervenção de cunho estrutural na edificação, o que, com certeza trata-se de tema da especialidade da engenharia civil ou arquitetura, neste caso, pelo forte impacto das intervenções sob aspectos de restrição devido ao tombamento e o objetivo de restauro do bem.

Ainda, entende-se que não cabe prosperar a argumentação de que as obras dos orçamentos adotados como referência pela NOVACAP não contam com certos sistemas, que inovações poderiam trazer uma variação de até 30% do valor global da obra e que "os orçamentos base utilizados como referência para se atingir ao valor do objeto da presente licitação advêm de teatros que não apresentam nenhum item de inovação, o que pode trazer muita diferença no orçamento e falta de assertividade e comparação justa dos licitantes, além de que não fica claro como será a avaliação entre ganhar pontos com inovação e invariavelmente perder concorrência no preço, uma vez que a pontuação de cada inovação não está proporcional ao custo dos serviços propostos".

Destaca-se que o regime de contratação integrada visa a execução do objeto, conferindo à CONTRATADA a prerrogativa de definir tanto a forma de execução, quanto o projeto da obra a partir de certo valor definido pela Administração Pública e de um programa de necessidades (anteprojeto). Como se

menção de que o anteprojeto foi submetido à aprovação do IPHAN, no entanto há exigência ao vencedor do certame, que aprove o projeto básico nos órgãos competentes e, também IPHAN. E nesse quesito, ficamos com mais um questionamento, como garantir que o IPHAN vai aprovar o restauro pretendido pela impugnada, e como garantir exequibilidade de preço para um projeto ainda em aprovação?

Ora Srs., resta claro que o presente edital possui uma série de incongruências e ausência de clareza em vários itens que ferem vários princípios administrativos e de licitação como da eficiência, a busca do melhor preço e economia aos cofres públicos bem como da igualdade e transparência.

Não é possível realizar uma proposta precisa e uma planilha de composição de preços unitários justa sem a clareza do que se pretende e dos itens obrigatórios em cada etapa da obra, ainda mais na modalidade licitatória escolhida de técnica e preço, segundo a qual haverá pontuação sobre vários critérios que estão em sua maioria vagos, sem quantitativos e sem descrição do efetivo serviço que se pretende a cada item, e tudo isso pode ferir a isonomia entre os licitantes

III. REQUERIMENTOS

Diante de todo embasamento exposto e demonstrado acima, a impugnante acredita que esta Comissão de licitação irá reconhecer de ofício a imprecisão de algumas informações edilícias e elaborar tanto respostas às indagações trazidos, bem como retificar o edital de forma a trazer clareza em todos os pontos elucidados.

Dessa forma, requer a impugnante que:

- Seja retificada a tabela 3 do termo de referência para conter que tanto em projetos quanto em execução de obra os atestados técnicos exigidos devam respeitar a metragem de 9.900m² ou 500 assentos.
- Sejam retificadas as tabelas 5 e 6 do termo de referência para assegurar que sejam compatíveis os critérios utilizados, permitindo a parte atinente a qualificação das equipes que sejam sobre patrimônios tombados ou não tombados.
- Seja explicado como haverá compatibilização entre as propostas dadas item a item, visto não haver qualquer quantitativo em planilha ou o que se pretende em cada serviço. Podendo haver planilhas totalmente incompatíveis entre si no que se refere ao serviço a ser realizado.
☐ Seja dado clareza no item 5.1.4 do Termo de Referência se o anteprojeto foi aprovado pelo IPHAN, e caso não tenha sido, como se pretende seguir em relação ao restauro caso não seja concedida tal permissão por este órgão.
- Que o presente certame seja adiado até que os projetos sejam aprovados pelo IPHAN, e que sejam definidos quantitativos básicos para garantir maior isonomia entre os licitantes.

Requer por fim, a comunicação da impugnante via e-mail em relação a resposta a esta impugnação.

sabe, diversos sistemas da obra em tela permitem alterações de solução e de execução até o limite de preço estabelecido no Certame. Entende-se que não há impedimento de proposição de inovações e/ou melhorias nas soluções encontradas pela Administração por parte da licitantes em razão do preço referencial, já que empresas com expertises diferenciadas e com vivência nesse tipo de obra poderão avaliar os documentos técnicos e propor melhorias em benefício da Administração Pública - sendo a Contratação Integrada formatada para absorver melhor qualidade nas contratações públicas de maior complexidade e obter a melhor solução para a realização do resultado - o restauro do TNCS.

Em relação ao questionamento "de como será feita a compatibilização das planilhas a fim de se verificar que todas as empresas estão orçando todas as disciplinas necessárias em todos os espaços identificados no anteprojeto? Como será possível montar uma composição de custos unitários competitiva e compatíveis entre si para concorrerem?", transcrevemos o prescrito no item 11 do Termo de Referência 158469004, em relação à apresentação da Planilha da Proposta de Preços:

11. PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. A Proponente deverá apresentar Planilha Orçamentária e anexos, mantendo a descrição dos itens constantes na Planilha Estimativa(158481235), no Cronograma Físico-Financeiro (p. 15-20 do Doc. SEI/GDF 158481235) e Critério de Medição e Pagamento (p. 8-14 do Doc. SEI/GDF 158481235), referenciais apresentados neste Certame.

11.2. No caso de contratação sob o regime de execução de Empreitada por Preço Global ou Contratação Semi-integrada ou Integrada deverá ser observado o seguinte:

- a) É de inteira responsabilidade da Proponente o levantamento e quantificação dos materiais e serviços necessários à execução do objeto, com base nos projetos e demais documentos fornecidos pela NOVACAP.
- b) Os custos advindos de eventuais divergências detectadas pela Proponente em quantitativos e serviços nas Planilhas Estimativas da NOVACAP, quando fornecidas, deverão ser considerados e absorvidos na sua proposta, observado o item "Da conferência preliminar de documentos" deste Termo de Referência.
- c) Eventuais divergências detectadas pela Proponente nas Planilhas Estimativas

da NOVACAP deverão ser comunicadas à Companhia, observadas as orientações contidas neste Termo de Referência de licitação e no Edital.

11.3. Com relação ao BDI, a proponente deverá:

11.3.1. Apresentar o demonstrativo do BDI – Bonificações e Despesas Indiretas adotado em sua planilha orçamentária, **sob pena de desclassificação.**

[...]

11.4. Com relação aos demonstrativos de encargos sociais (leis sociais) incidentes sobre a mão de obra, HORISTA e MENSALISTA, a proponente deverá:

11.4.1. Outras considerações sobre a proposta de preços:

11.4.1.1. O preço global da proposta deverá ser inferior ou no máximo igual ao estimado pela NOVACAP;

11.4.1.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários e/ou globais simbólicos irrisórios e/ou abusivos, nos termos do art. 116 do RLC/NOVACAP e art. 56 da Lei nº 13.303/2016;

11.4.1.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem serviços diferentes dos itens de serviço da Planilha Orçamentária Estimativa referencial da licitação;

11.4.1.3.1. Por se tratar de contratação integrada e que no caso em tela o orçamento fornecido no presente Certame é parametrizado, a Proponente deverá precificar aqueles serviços presentes na estimativa referencial fornecida pela NOVACAP.

11.4.1.3.2. Cabe salientar que devido ao regime de execução adotado na presente contratação, a CONTRATADA deverá elaborar, posteriormente à contratação e após a conclusão do projeto básico, a Planilha Orçamentária analítica referente à obra, de acordo com os projetos de arquitetura e engenharia que elaborar e submetê-los para análise da FISCALIZAÇÃO da NOVACAP durante a

fase de execução contratual.

a) O orçamento detalhado deve conter as descrições dos serviços a serem executados, suas unidades de medida, quantitativos e preços unitários, acompanhados das respectivas composições de custo unitário.

b) O orçamento detalhado destina-se exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento qualitativo ou quantitativo posterior do objeto do contrato, por necessidade da Administração.

c) O detalhamento com maior precisão do orçamento visa mitigar possíveis conflitos em análise de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

11.5.4. A análise da planilha da proponente seguirá o *check list* constante no ANEXO 4 deste Termo de Referência, no que couber;

Assim, encontram-se esclarecidos os pontos referentes à apresentação e análise da estimativa por parte das licitantes, e entende-se não ser pertinente, neste momento, rever as condições previstas no Edital.

Em relação ao questionamento "*ainda é possível observar no item 5.1.4 do Termo de Referência que há menção de que o anteprojeto foi submetido à aprovação do IPHAN, no entanto há exigência ao vencedor do certame, que aprove o projeto básico nos órgãos competentes e, também, no IPHAN. E nesse quesito, ficamos com mais um questionamento, como garantir que o IPHAN vai aprovar o restauro pretendido pela impugnada, e como garantir exequibilidade de preço para um projeto ainda em aprovação?*", observa-se que o projeto de arquitetura do restauro está em análise no Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN). Entretanto, foram consideradas as experiências perante aquele órgão de preservação, que acompanha rotineiramente as intervenções no TNCS - como ocorre na execução da Etapa 01 das obras de restauro da Sala Martins Pena, contemplando restrições e condições em conformidade com o que definiu a autora do projeto de arquitetura - a SOLE.

Quanto ao argumento de que "*não é possível realizar uma proposta precisa e uma planilha de composição de preços unitários justa sem a clareza do que se pretende e dos itens obrigatórios em cada etapa da obra, ainda mais na modalidade licitatória escolhida de técnica e preço, segundo a qual haverá pontuação sobre vários critérios que estão em sua maioria vagos, sem quantitativos e sem descrição do efetivo serviço que se pretende a cada item, e tudo isso pode ferir a isonomia entre os licitantes*", **entende-se não ser cabível a argumentação, haja vista a objetividade dos critérios de avaliação, tanto da proposta de preços, quanto da proposta técnica e**

da habilitação, conforme termos do Edital.

Diante disso, entende-se não ser cabível qualquer modificação, neste momento, dos termos já estabelecidos no Edital como pleiteia a IMPUGNANTE.

3.4. É o breve relatório.

4. CONCLUSÃO

4.1. Após a análise da alegação apresentada pela Impugnante, a área técnica concluiu pelo **não acolhimento** da impugnação.

4.2. A presente resposta à impugnação ao Edital ficará disponível e divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 26/02/2025, às 10:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **164227970** código CRC= **BE391BF3**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Site - www.novacap.df.gov.br

00112-00026025/2024-89

Doc. SEI/GDF 164227970